

# PELE NEGRA, CLÍNICA BRANCA? PSICANÁLISE, RACISMO E SEUS IMPASSES NA ESCUTA DO SUJEITO RACIALIZADO

BLACK SKIN, WHITE CLINIC? PSYCHOANALYSIS, RACISM AND ITS IMPASSES IN LISTENING TO THE RACIALIZED SUBJECT

¿PIEL NEGRA, CLÍNICA BLANCA? PSICOANÁLISIS, RACISMO Y SUS IMPASSES EN LA ESCUCHA DEL SUJETO RACIALIZADO

Davidson Sepini Gonçalves<sup>1</sup>

Lucas Arantes da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** A psicanálise clássica, desenvolvida a partir de uma perspectiva eurocêntrica e branco-burguesa, apresenta um problema fundamental ao ignorar ou negar a raça como dimensão constitutiva do inconsciente, invisibilizando o sofrimento psíquico gerado pelo racismo estrutural e pela colonialidade. Este artigo tem como objetivo demonstrar a necessidade urgente de uma psicanálise racializada e situada, em oposição à prática desracializada, que reconheça a raça, a história e o contexto social como elementos fundamentais na formação do inconsciente e da subjetividade, especialmente no Brasil, onde o mito da democracia racial persiste. Para tanto, o estudo emprega uma análise crítica dos conceitos psicanalíticos freudianos, dialogando com as contribuições de pensadores como Frantz Fanon e Neusa Santos Souza, entre outros intelectuais que articulam raça, psicanálise e colonialidade. Os resultados revelam como o olhar branco, a alienação racial, o processo de tornar-se negro e a neurose cultural estruturam profundamente a experiência psíquica de pessoas negras, evidenciando que a neutralidade analítica tradicional pode, paradoxalmente, perpetuar estruturas racistas. Conclui-se que a psicanálise deve confrontar seus limites coloniais, descentralizar a branquitude de suas teorias e adotar uma escuta situada e implicada, que reconheça a necropolítica como uma dimensão intrínseca do sofrimento psíquico, assumindo, assim, sua responsabilidade ética.

**Palavras-chave:** Psicanálise racializada. Colonialidade. Racismo estrutural. Inconsciente racializado.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela UNESP/Rio Claro/SP, Mestre em Filosofia pela PUC/Campinas, pós-graduado em Psicanálise e História Contemporânea e graduado em Psicologia, Filosofia e Letras. É professor adjunto III do Núcleo de Ciências Humanas da PUC Minas, *campus* Poços de Caldas, lecionando as disciplinas de Filosofia, Sociologia e Cultura Religiosa. Atua também na Universidade com projetos pesquisa e extensão, com destaque para o Projeto e Remição pela Leitura nos presídios do Sul de Minas que esse ano completa 10 anos. A comemoração se deu com o lançamento do livro "Entre sombras e palavras: 10 anos de leitura, escrita e remição no cárcere." Pela editora Selo Editorial Independente. ORCID 0000-0002-9907-9171. E-mail: profsepinipuc@gmail.com

<sup>2</sup> Psicólogo formado pela Universidade Nove de Julho e pós-graduado em Psicopatologia, Psicanálise e Clínica Contemporânea pelo Instituto ESPE, formação na qual aprofunda a articulação entre teoria e clínica a partir das problemáticas que atravessam o sujeito na contemporaneidade — especialmente as questões étnico-raciais. Atua em consultório particular desde 2022, sustentando uma escuta psicanalítica sensível às experiências do sujeito negro e às implicações do racismo estrutural no sofrimento psíquico. Participa regularmente de congressos, simpósios e conferências dedicados à psicanálise e suas interfaces com o social. Desenvolve pesquisa sobre modos de identificação, pautado na sexualidade e identidade de gênero, articulando tais temas às construções racializadas do olhar e do lugar do corpo negro. ORCID 0009-0004-7054-3913. E-mail lucas.arantes4@gmail.com

*Abstract: Classical psychoanalysis, developed from a Eurocentric and white bourgeois perspective, presents a fundamental problem by ignoring or denying race as a constitutive dimension of the unconscious, thus invisibilizing the psychic suffering generated by structural racism and coloniality. This article aims to demonstrate the urgent need for a racialized and situated psychoanalysis, in opposition to a deracialized practice, that recognizes race, history, and social context as fundamental elements in the formation of the unconscious and subjectivity, especially in Brazil, where the myth of racial democracy persists. To achieve this, the study employs a critical analysis of Freudian psychoanalytic concepts, engaging with the contributions of thinkers such as Frantz Fanon and Neusa Santos Souza, among other intellectuals who articulate race, psychoanalysis, and coloniality. The results reveal how the white gaze, racial alienation, the process of becoming black, and cultural neurosis profoundly structure the psychic experience of Black individuals, demonstrating that traditional analytical neutrality can, paradoxically, perpetuate racist structures. It is concluded that psychoanalysis must confront its colonial limits, “to decenter whiteness” from its theories, and adopt a situated and implicated listening that recognizes necropolitics as an intrinsic dimension of psychic suffering, thereby assuming its ethical responsibility.*

*Keywords: Racialized psychoanalysis. Coloniality. Structural racism. Racialized unconscious.*

*Resumen: El psicoanálisis clásico, desarrollado desde una perspectiva eurocéntrica y burguesa blanca, presenta un problema fundamental al ignorar o negar la raza como dimensión constitutiva del inconsciente, invisibilizando así el sufrimiento psíquico generado por el racismo estructural y la colonialidad. Este artículo tiene como objetivo demostrar la necesidad urgente de un psicoanálisis racializado y situado, en oposición a una práctica desracializada, que reconozca la raza, la historia y el contexto social como elementos fundamentales en la formación del inconsciente y la subjetividad, especialmente en Brasil, donde persiste el mito de la democracia racial. Para ello, el estudio emplea un análisis crítico de los conceptos psicoanalíticos freudianos, dialogando con las contribuciones de pensadores como Frantz Fanon y Neusa Santos Souza, entre otros intelectuales que articulan raza, psicoanálisis y colonialidad. Los resultados revelan cómo la mirada blanca, la alienación racial, el proceso de volverse negro y la neurosis cultural estructuran profundamente la experiencia psíquica de las personas negras, evidenciando que la neutralidad analítica tradicional puede, paradójicamente, perpetuar estructuras racistas. Se concluye que el psicoanálisis debe confrontar sus límites coloniales, “desblanquear” sus teorías y adoptar una escucha situada e implicada que reconozca la necropolítica como una dimensión intrínseca del sufrimiento psíquico, asumiendo así su responsabilidad ética.*

*Palabras clave: Psicoanálisis racializado. Colonialidad. Racismo estructural. Inconsciente racializado.*

## INTRODUÇÃO

A psicanálise, desde sua constituição no final do século XIX, propõe-se como uma teoria e prática voltadas à escuta do sujeito e de seu inconsciente. Sigmund Freud (2010c), ao delinear o campo psicanalítico, afirmou que o inconsciente é o verdadeiro palco da realidade psíquica, estabelecendo uma nova forma de compreender o sofrimento humano, distinta da moral, da religião e da medicina. Contudo, o que Freud chamou de “universal” sobre o sujeito psíquico estava inevitavelmente atravessado por um contexto específico: o de um homem europeu, branco, burguês, situado em uma circunstância de forte expansão colonial. Essa origem histórica impõe à psicanálise uma marca de universalidade aparente, mas fundada sobre um ideal de sujeito que não contempla a experiência racializada, colonial e periférica.

Sándor Ferenczi (1992), ao romper com o autoritarismo clínico e propor uma psicanálise mais permeável à realidade afetiva do paciente, abre um ponto de inflexão fundamental. Ele já defendia que o analista deveria abandonar a postura de neutralidade rígida e se implicar eticamente no sofrimento do outro. Essa ampliação ética permite pensar, hoje, uma clínica sensível às marcas históricas do trauma colonial. Como sugere Bion (2021), pensar o sujeito implica também reconhecer os vínculos que o constituem: vínculos sociais, raciais e simbólicos. A clínica que se nega a olhar para essas dimensões corre o risco de reproduzir as violências que a estruturam.

Nesse sentido, a psicanálise contemporânea precisa confrontar-se com seus próprios limites coloniais. Aimé Césaire (2020) denuncia a violência simbólica e material da colonização europeia, que impôs não apenas dominação econômica, mas também uma hierarquia de humanidade. Essa hierarquia é o pano de fundo de qualquer produção de saber ocidental e, portanto, também da psicanálise. A crítica de Césaire não se volta apenas contra a Europa, mas contra a pretensão de que suas categorias possam descrever o humano em sua totalidade. A mesma crítica pode ser dirigida à psicanálise quando esta se coloca como universal sem reconhecer a especificidade dos sujeitos racializados.

No Brasil, Lélia Gonzalez (2020) desloca essa discussão ao propor o conceito de africanidade, compreendendo que o racismo opera não apenas na exclusão social, mas também na formação do inconsciente coletivo. Para Gonzalez, o racismo é um processo de desumanização que estrutura o imaginário nacional, o que implica dizer que a subjetividade negra é constantemente atravessada por uma experiência de negação. Tal formulação aproxima-se das leituras de Neusa Santos Souza, que descreve a dor psíquica de um sujeito negro ao precisar se ver através do olhar do branco para existir socialmente (Souza, 2021). Souza evidencia, assim, que o sofrimento psíquico do negro não é apenas individual, mas estruturado pela violência simbólica da branquitude.

Frantz Fanon (2008), ao articular a psicanálise com a sociologia e a fenomenologia, revela o modo como o racismo atravessa a constituição do eu. O autor aponta que o sujeito negro vive uma cisão psíquica profunda entre ser e parecer, entre existir e representar o ideal branco. Fanon denuncia que a colonização não apenas exclui os donos da terra, mas incide sobre a própria vida psíquica do colonizado, produzindo efeitos profundos na constituição do inconsciente (Fanon, 2020). Essa leitura é crucial para pensar a clínica psicanalítica diante do racismo, pois sugere que o trauma colonial não é apenas histórico; ele é transmitido psicicamente e se reinscreve nas relações transferenciais, inclusive dentro do *setting* analítico.

Dessa maneira, pensar a questão “a psicanálise é para todos?” exige deslocar o eixo da universalidade e questionar o quanto essa clínica, nascida sob a sustentação europeia, está disposta a escutar outras experiências de subjetivação.

O objetivo é compreender como a herança colonial e o racismo estrutural atravessam o campo psicanalítico e de que maneira é possível pensar uma escuta que contemple as dimensões raciais do sofrimento psíquico. Busca-se evidenciar os impasses e as possibilidades da clínica diante do racismo, articulando autores clássicos e contemporâneos que se propõem a descentralizar a branquitude da teoria e reposicionar a psicanálise no contexto da negritude.

Ao interrogar a psicanálise sobre seu próprio lugar de enunciação, este estudo pretende contribuir para a construção de uma prática mais sensível às marcas do colonialismo e das dores que ele perpetua. Mais do que propor uma “nova psicanálise”, o que se busca é tensionar seus fundamentos, deslocando-a de seu universalismo abstrato para um campo ético-político em que a diferença, a cor e a história sejam reconhecidas como dimensões legítimas do inconsciente. Só assim a psicanálise poderá, de fato, escutar todos os corpos.

**PSICANÁLISE FREUDIANA: EU, NARCISISMO E RECALQUE**

A psicanálise freudiana, em sua gênese, forneceu um arcabouço conceitual revolucionário para a compreensão da subjetividade humana, ancorado em uma metapsicologia complexa. Entre seus pilares destacam-se os conceitos de eu, narcisismo e recalque, que delineiam os contornos da formação psíquica e da relação do indivíduo consigo e com o mundo.

O eu, ou ego, é compreendido por Freud (2011) como a instância psíquica responsável pela mediação entre as exigências do id (pulsões inconscientes), as demandas do supereu (normas sociais e morais internalizadas) e a realidade externa.

O conceito de narcisismo, por sua vez, é crucial para a compreensão da autoestima e da imagem de si. Freud (2010a) o descreve inicialmente como um estágio do desenvolvimento libidinal, o narcisismo primário, no qual o bebê investe sua libido no próprio eu antes de direcioná-la para objetos externos. Subsequentemente, o narcisismo secundário emerge como um retorno da libido ao eu, após ter sido investida em objetos externos, resultando na formação de um ideal de eu. Esse ideal é alimentado por expectativas e modelos sociais, influenciando diretamente a constituição da identidade e o valor que o sujeito atribui a si mesmo. É precisamente na origem desses modelos sociais, e em quem os define como universais, que reside um dos pontos de tensão cruciais para a presente análise.

O recalque constitui um dos mecanismos de defesa mais elementares da psicanálise. Ele opera na exclusão de representações, que seriam as ideias, pensamentos e memórias, e de afetos da consciência, que seriam as emoções a elas associadas, empurrando-os para o inconsciente (Freud, 2010b). O objetivo do recalque é proteger o eu de conteúdos psíquicos que seriam intoleráveis, sejam eles de origem interna ou, como se argumentará, impostos por uma realidade externa opressora. Contudo, os elementos recalcados não são eliminados; eles persistem no inconsciente, buscando incessantemente formas de retorno, frequentemente manifestando-se como sintomas, sonhos ou atos falhos.

A maneira como a psicanálise freudiana clássica lida com a alteridade, ou seja, com a diferença, é um ponto crucial de inflexão para a presente discussão. Embora Freud tenha tido contato com diversas culturas e fosse um profundo observador da condição humana, seu modelo teórico foi predominantemente construído a partir de um referencial eurocêntrico e da experiência da burguesia vienense do final do século XIX e início do século XX. Essa base levou, muitas vezes, a uma universalização de experiências que eram, na verdade, cultural e socialmente situadas (Roudinesco; Plon, 1998).

A alteridade, no contexto freudiano, tende a ser predominantemente pensada em termos de dinâmicas intrapsíquicas ou familiares. As diferenças individuais são frequentemente explicadas por variações nos complexos edípicos, nas escolhas objetais ou na estruturação da neurose individual. A figura do outro é central, seja como objeto de desejo, de identificação ou de projeção, mas esse outro raramente extrapola as fronteiras da relação pessoal, do grupo familiar ou, no máximo, da cultura ocidental.

Freud, em obras como *Totem e tabu* (2012) ou *O mal-estar na civilização* (2010c), tentou abordar questões culturais e antropológicas, mas frequentemente interpretou as diferenças culturais, especialmente as de sociedades não ocidentais, através de uma lente evolucionista. Povos considerados primitivos eram, por vezes, vistos como representações de estágios infantis ou arcaicos do desenvolvimento humano e da civilização, em contraste com a maturidade da cultura europeia (Freud, 2012).

Essa perspectiva, embora comum para a época, obscureceu a riqueza e a complexidade de outras formas de subjetivação e de organização social e já apontava para uma limitação intrínseca da psicanálise em sua capacidade de acolher a especificidade da diferença racial e cultural sem hierarquizá-la.

A universalização da experiência psíquica em Freud, embora tenha sido fundamental para a fundação da disciplina, demonstrou ser uma faca de dois gumes, a saber: enquanto abriu caminhos para o estudo do inconsciente, também tendeu a apagar as especificidades de sujeitos cujas formações do eu, do narcisismo e do recalque são intrinsecamente atravessadas pela experiência do racismo e da colonialidade.

Para o sujeito racializado, o eu não se constitui apenas a partir de identificações familiares ou de um confronto com uma realidade supostamente neutra. Ele é constantemente impactado pelo olhar do branco, um olhar que o objetifica, inferioriza e desumaniza. A percepção de si, o narcisismo, é brutalmente interpelada por uma sociedade que nega a possibilidade de um ideal de *eu* positivo para o negro, impondo ideais brancos de beleza, inteligência e sucesso. Esse confronto leva a uma luta interna pela valorização de si, em um contexto em que a própria negritude é frequentemente associada à ausência, à deficiência ou à periculosidade. O recalque, por sua vez, pode operar não apenas sobre desejos e traumas individuais, mas sobre a própria experiência da racialização, levando ao silenciamento de dores e violências vividas no corpo e na alma.

Em *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon argumenta que a alienação vivida pelo sujeito negro é produzida por uma estrutura social racista, não podendo ser plenamente compreendida a partir de uma leitura restrita aos conflitos edípicos ou às neuroses individuais (Fanon, 2008). O sofrimento do sujeito negro, muitas vezes manifestado como sintomas de ansiedade, depressão ou distúrbios de identidade, não pode ser dissociado da violência simbólica e material do racismo. A psicanálise freudiana, ao não dar conta dessa dimensão estrutural e experiencial da racialização, corre o risco de patologizar o indivíduo por reações a um sistema opressor, em vez de reconhecer a profundidade e a especificidade do trauma racial.

Fica evidente, portanto, que os conceitos fundamentais de eu, narcisismo e recalque, embora potentes, demandam um tensionamento crítico quando confrontados com experiências para as quais a universalidade freudiana se revela uma abstração violenta. Essa lacuna, ou, mais precisamente, essa recusa teórica diante do fato social da raça, não apenas limita a teoria, mas prepara o terreno para sua necessária reinvenção. É nesse campo fértil, aberto pela insuficiência do modelo clássico, que as contribuições de Frantz Fanon e de Neusa Santos Souza se articulam a outros aportes críticos contemporâneos, compondo uma escuta psicanalítica situada e engajada, como desenvolvido ao longo do trabalho.

#### **FRANTZ FANON E A CRÍTICA À PSICANÁLISE DIANTE DA COLONIALIDADE**

Frantz Fanon foi um pensador fundamental para a compreensão das relações entre colonialismo, racismo e subjetividade. Suas reflexões introduzem questões raciais centrais no campo das ciências humanas, considerando o sujeito em sua complexidade social, política e histórica. Em sua obra, Fanon problematiza o conceito de colonialidade, entendido como a permanência de estruturas de poder, dominação e exploração que se originam no colonialismo, mas continuam a operar mesmo após o fim do domínio territorial, destacando seus efeitos sobre a subjetividade dos povos colonizados e o modo como a psicanálise pode se implicar nesse processo. Para ele, a colonização não apenas oprime política e economicamente, como também produz efeitos psíquicos profundos, moldando identidades e modos de existir.

Nascido em 1925 na Martinica, território colonizado pela França, Fanon foi um médico psiquiatra e intelectual negro, de formação francesa. Viveu apenas trinta e seis anos, mas deixou uma contribuição inestimável ao pensamento crítico. Durante seus estudos em medicina, alistou-se no exército francês para lutar contra o nazismo, experiência que lhe permitiu observar de perto as contradições do ideal universalista europeu. Em sua trajetória, experimentou o racismo tanto na França quanto em contextos coloniais, vivenciando diretamente as consequências de ser um sujeito colonizado e não colonizador. Na prática clínica, acompanhou os

impactos do colonialismo na estrutura psíquica humana, atendendo torturados e torturadores durante a guerra de independência da Argélia, experiência que reforçou sua análise sobre a violência colonial.

Em 1952, Fanon publica *Pele negra, máscaras brancas*, obra em que analisa os efeitos psíquicos do colonialismo e denuncia o modo como o racismo captura a identidade do sujeito negro. Nela, descreve o processo pelo qual o indivíduo negro assume máscaras para aproximar-se do ideal branco, ainda que isso implique a negação de si mesmo. Esse movimento produz o que o autor denomina alienação racial, um estado em que o sujeito busca ser aquilo que não é, internalizando a lógica e os valores do colonizador.

No capítulo inicial do livro, Fanon destaca a importância da linguagem como instrumento de poder e dominação. Falar a língua do colonizador é, para ele, assumir sua cultura e seus valores. Assim, no exemplo citado, o negro que incorpora a língua francesa não apenas se comunica, mas torna-se mais branco aos olhos da sociedade, tanto na metrópole quanto nas colônias. Como observa Fanon, quanto melhor se fala francês, mais se é percebido como civilizado, humanizado e, portanto, mais próximo do ideal branco (Fanon, 2008).

O autor analisa ainda o contraste de atitudes diante de estrangeiros. Um homem branco que fala mal o francês, por exemplo, é geralmente tratado com paciência e respeito, pois se reconhece que possui outra língua e cultura próprias. No entanto, o mesmo não ocorre com o homem negro, uma vez que sua cor, antes mesmo de qualquer fala, é lida como sinal de ausência de cultura e de civilização. Nesse sentido, Fanon (2008) aponta que é justamente dessa desumanização que nasce a urgência do sujeito negro em afirmar a existência de uma cultura, de uma história e de uma civilização negras.

Esse fenômeno é característico de todo sistema colonial. O não domínio da língua do colonizador torna-se um afastamento simbólico da civilização, da metrópole e, em última instância, do próprio eu. O deslocamento identitário do colonizado, nesse sentido, só se completa quando ele internaliza a língua e a lógica da metrópole.

Sob o prisma da psicanálise lacaniana, o sujeito não preexiste à linguagem, mas constitui-se como efeito do significante, no interior de uma ordem simbólica que o antecede (Lacan, 2008). No caso do colonizado, a entrada nesse campo simbólico ocorre sob o peso de uma língua que já o situa em uma posição de inferiorização e submissão.

Frantz Fanon também analisa a experiência do olhar branco, que reduz o sujeito negro à sua cor de pele e às representações sociais a ela associadas. Esse olhar impõe ao negro uma consciência dupla: ele percebe a si mesmo e, simultaneamente, pelo olhar do outro, o branco, o colonizador. O racismo, assim, captura e fragmenta a identidade negra, levando o sujeito a tentar ser outra coisa, negando sua raça. Fanon descreve a experiência dolorosa dessa alienação:

Meu corpo me era devolvido desmembrado, desmantelado, arrebatado, todo enlutado [...]. O negro é uma besta, o negro é mau, o negro é malicioso, o negro é feio; olhe, um negro, faz frio, o negro treme porque sente frio, o menino treme porque tem medo do negro, o negro treme de frio [...] (Fanon, 2008, p. 129).

Ao analisar o olhar branco, Fanon não se refere apenas à cor da pele, mas às representações simbólicas a ela atribuídas. A branquidão, em suas palavras, carrega significados de mérito e valor, como se tudo o que é bom, desejável e civilizado emanasse dela. Trata-se de um privilégio naturalizado e historicamente transmitido, de modo que basta ser branco para usufruí-lo.

Essa lógica atravessa também a dimensão do desejo e da afetividade, como demonstra o autor ao analisar as relações amorosas inter-raciais. O amor, longe de constituir um espaço neutro, é permeado por estigmas e pelo desejo inconsciente de embranquecimento. É nesse

ponto que Fanon dirige sua crítica à psicanálise: por ter se constituído no contexto europeu, a teoria psicanalítica tende a universalizar seus conceitos e a desconsiderar a experiência racial. A família, tomada como núcleo simbólico universal, revela-se uma referência insuficiente para a compreensão do sujeito negro, pois, ainda que provenha de uma família considerada normal, ele é reiteradamente colocado como anormal pela própria estrutura racista da sociedade (Fanon, 2008).

Outra crítica importante recai sobre a leitura psicanalítica do complexo de dependência entre colonizador e colonizado. Para ele, essa interpretação patologiza a experiência do colonizado, desconsiderando a dimensão estrutural do sistema colonial. Assim, a psicanálise corre o risco de tornar-se cúmplice da colonialidade ao universalizar seus complexos e negligenciar o modo como o racismo atravessa a constituição do inconsciente (Fanon, 2008).

A experiência da criança branca difere radicalmente da experiência da criança negra, e isso impacta sua estrutura psíquica. O inconsciente negro é atravessado por significantes raciais, e uma psicanálise que ignore essa marca torna-se ineficaz para compreender o sofrimento psíquico em contextos coloniais.

O autor propõe ainda que a psicanálise se desloque de uma perspectiva universalizante e passe a se implicar em uma escuta situada, histórica, social e política. Não há sujeito *puro* na cadeia significante; todos são atravessados por marcas sociais, históricas e raciais. Reconhecer isso é condição indispensável para uma psicanálise descolonizada, capaz de escutar o inconsciente sem desconsiderar as feridas do racismo.

#### **NEUSA SANTOS SOUZA: TORNAR-SE NEGRO E O SINTOMA DO IDEAL BRANCO**

Neusa Santos Souza, psiquiatra e psicanalista, ocupa um lugar fundamental na história da psicanálise brasileira ao introduzir a questão racial no campo clínico. Sua obra *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social*, de 1983, constitui um marco por abordar, sob uma perspectiva psicanalítica e sociológica, a experiência subjetiva do sujeito negro no Brasil e o modo como o racismo estrutura a vida psíquica.

Em seus escritos, ela discute a experiência vivida pelo sujeito negro, apresentando recortes de falas que expressam uma profunda contradição identitária. A ascensão social, ao contrário do que se imagina, não elimina o racismo; ao contrário, muitas vezes o intensifica. O sujeito negro tende a realizar esse movimento de ascensão com o intuito de construir uma estrutura simbólica branca, já que, dentro dos preceitos sociais, o branco de classe social elevada representa a única possibilidade de validação e respeito. Assim, o negro busca ascender socialmente na tentativa de se assimilar ao branco. A ascensão social fazia-se representar ideologicamente para o negro como um instrumento de redenção econômica e política capaz de torná-lo cidadão respeitável, digno de participar da comunidade nacional (Souza, 2021).

Quando o sujeito negro alcança uma posição de destaque econômico, frequentemente emerge o que Souza denomina embranquecimento simbólico. Nesse processo, o indivíduo sente-se compelido a negar sua negritude, seus traços físicos e sua história, como forma de obter aceitação social e tentar escapar da experiência do racismo. A ideologia dominante impõe a noção de que tudo o que se associa ao negro é ruim, feio ou sujo; por isso, o sujeito passa a adotar uma estética e uma postura alinhadas ao ideal branco de beleza e civilidade (Souza, 2021).

Ao branco estão associados os valores de humanidade, racionalidade e poder de decisão. Adotam-se, então, seus costumes, modos de vestir e padrões de comportamento, em uma tentativa de alcançar reconhecimento. Trata-se, como afirma ela, de uma ilusão, de um mito sustentado pela ideologia racial. A cor da pele, nesse sentido, vem em primeiro lugar (Souza, 2021).

A autora observa que, no contexto brasileiro, o negro não nasce negro; torna-se negro a partir do encontro com o racismo. É o olhar do outro, permeado por preconceito e exclusão, que impõe ao sujeito uma identidade marcada pela cor da pele e pelos estigmas sociais. Essa constatação revela que a identidade racial não é apenas biológica ou fenotípica, mas essencialmente simbólica, construída no campo do Outro, atravessada pela linguagem e pela cultura.

Souza destaca ainda que a sociedade brasileira é atravessada pelo mito da democracia racial, que opera como um discurso ideológico de apagamento da violência cotidiana do racismo. Essa crença dificulta o reconhecimento do sofrimento psíquico vinculado à cor da pele, sustentando a ilusão de que o Brasil é um país miscigenado, harmonioso e livre de discriminação.

A problemática aparece, inclusive, nas falas de pessoas negras que, influenciadas por esse mito da ascensão, passam a repetir discursos e práticas do colonizador, acreditando, por exemplo, que o que vem do negro é sujo ou que o negro representa insegurança (Souza, 2021). Tal internalização do olhar branco evidencia o quanto o processo de racialização se articula à idealização do branco.

Na clínica, esse ideal manifesta-se de forma profundamente psíquica. O sujeito negro pode sentir-se constantemente em falta, insuficiente ou inadequado diante desse modelo inatingível. Afirma ainda que essa dinâmica impõe ao negro a necessidade permanente de vigilância e autocontrole:

A espontaneidade lhe é um direito negado; não lhe cabe simplesmente ser — há que estar alerta. Não tanto para agir, mas sobretudo para evitar situações em que seja obrigado a fazê-lo abertamente (Souza, 2021, p. 56).

A busca por esse ideal branco faz com que o eu se construa mais pela negação do que se é do que pela afirmação do que se poderia ser. O ideal de eu é colonizado por esse modelo branco; o negro não apenas deseja parecer com o branco, ele necessita desse ideal para sentir-se minimamente reconhecido (Souza, 2021).

Tal estrutura psíquica manifesta-se em sintomas como sofrimento, insegurança, depressão, baixa autoestima, dificuldade de fala, sensação de não pertencimento e conflitos nas relações afetivas e familiares. Souza ressalta que esses sintomas não podem ser entendidos apenas como questões individuais, mas como expressões da violência estrutural do racismo na constituição da subjetividade (Souza, 2021).

Na clínica, é recorrente a queixa da necessidade de ser o melhor em tudo. Esse ideal narcísico funciona como uma fantasia de compensação, uma tentativa de reparar o erro de ser negro e, assim, ser aceito. Contudo, alcançar a excelência não garante reconhecimento, pois o ideal de ego do negro é constituído pelos ideais do branco, e ser branco é impossível (Souza, 2021). O resultado é uma busca incessante e angustiante pela validação, que mantém o sujeito aprisionado ao olhar do outro.

Diante disso, ela defende que a clínica psicanalítica não pode ser indiferente ao racismo (Souza, 2021). O analista que ignora esse atravessamento corre o risco de reduzir o sofrimento racial a conflitos familiares ou individuais, perpetuando a invisibilidade do racismo na constituição psíquica. Sua proposta é que a clínica seja um espaço de elaboração da identidade negra, um lugar onde o reconhecimento do racismo se torne ponto de partida para um processo de resignificação e afirmação da negritude.

Assim, *Tornar-se negro* denuncia não apenas o racismo estrutural, mas também a ausência da psicanálise diante dele. Neusa Santos Souza inaugura um novo horizonte ético e político para a prática clínica: o de uma psicanálise comprometida com a escuta da subjetividade negra, capaz de reconhecer as marcas do racismo sem negá-las ou silenciá-las.

**RACISMO, COLONIALIDADE E CONSTITUIÇÃO DO INCONSCIENTE: UMA MEDIAÇÃO METAPSICOLÓGICA**

A constituição do eu, tal como formulada por Freud, está indissociavelmente ligada às operações de identificação e aos destinos do narcisismo. Desde *Introdução ao narcisismo* (2010a), o eu não é concebido como instância dada, mas como resultado de investimentos libidinais que incidem sobre o próprio corpo e sobre as imagens oferecidas pelo outro. O ideal do eu emerge, nesse contexto, como herdeiro das primeiras identificações, funcionando como medida normativa a partir da qual o eu se avalia, se julga e se submete às exigências do supereu.

Jacques Lacan (2008) radicaliza essa concepção ao deslocar o eu para o registro do imaginário, enfatizando sua condição fundamentalmente alienada. No estágio do espelho, o eu se constitui a partir de uma imagem totalizante que vem do exterior, sustentada pelo olhar e pela palavra do Outro. O ideal do eu, por sua vez, não se confunde com essa imagem refletida, mas remete ao lugar simbólico a partir do qual o sujeito se sente visto, julgado e reconhecido. Trata-se, portanto, de uma instância profundamente atravessada pela linguagem e pelos significantes que estruturam o campo do Outro.

É nesse ponto que contribuições metapsicológicas posteriores permitem avançar na compreensão dos efeitos psíquicos da racialização sem recorrer a explicações sociológicas. A teoria da sedução generalizada de Jean Laplanche (1985) fornece uma mediação decisiva ao situar a constituição do inconsciente como efeito de mensagens enigmáticas implantadas pelo adulto na criança. Tais mensagens, excessivas e sexualizadas, não são plenamente traduzíveis e permanecem como restos inconscientes que organizam a economia pulsional. A racialização pode ser pensada, nesse enquadramento, como uma modalidade específica de mensagem enigmática, na medida em que inscreve no psiquismo significantes provenientes do Outro que excedem a capacidade de simbolização do sujeito, retornando sob a forma de conflitos narcísicos, vergonha ou ideais inatingíveis.

Essa inscrição não opera apenas no registro do conflito, mas pode atingir o próprio campo do investimento narcísico. André Green (1995), ao desenvolver a noção de narcisismo negativo e o conceito de trabalho do negativo, demonstra como certas experiências produzem não um excesso representacional, mas falhas, buracos e zonas mortas no aparelho psíquico. Nessas condições, o eu não se organiza apenas em torno do recalque, mas também do desinvestimento. A racialização, enquanto operador psíquico, pode assim ser compreendida como um fator que incide sobre o narcisismo primário, comprometendo a continuidade do investimento libidinal sobre o eu e fragilizando a constituição do ideal do eu, que passa a funcionar de modo persecutório ou impossível de ser alcançado.

Dessa articulação decorre que o racismo não precisa ser concebido como um evento externo ao psiquismo para produzir efeitos profundos na constituição subjetiva. Ele opera como um operador metapsicológico que atravessa a formação do eu, do ideal do eu e do supereu, incidindo diretamente na economia libidinal, nos processos identificatórios e nos mecanismos defensivos. Seus efeitos podem se manifestar tanto sob a forma de recalque e conflito quanto por meio de falhas de simbolização, empobrecimento representacional e ataques ao narcisismo, exigindo do trabalho analítico uma escuta atenta às modalidades singulares pelas quais tais inscrições se organizam no inconsciente.

Essa exigência de escuta coloca uma questão técnica decisiva: quando o racismo é desconsiderado como dimensão estruturante da experiência psíquica, corre-se o risco de patologizar seus efeitos, tratando-os como formações desconectadas de sua história e das condições sociais que as produzem. A questão, então, não é substituir o método analítico por uma posição militante, mas delimitar as condições de uma escuta implicada que reconheça o racismo como real organizador do sofrimento. É sob essa perspectiva que se situam as tensões da clínica psicanalítica diante do racismo.

## TENSÕES DA CLÍNICA PSICANALÍTICA DIANTE DO RACISMO

Todo o arcabouço da teoria psicanalítica elaborado por Sigmund Freud constitui uma contribuição incontornável para a compreensão do psiquismo humano. No entanto, essa elaboração se deu a partir de um recorte histórico e social específico, ancorado na experiência do sujeito europeu, branco e burguês de seu tempo. Como consequência, determinadas formas de sofrimento, particularmente aquelas atravessadas pela questão racial, não foram contempladas nas bases da teoria freudiana, produzindo um silenciamento que se prolonga até a clínica contemporânea.

Esse apagamento teórico tem efeitos diretos no campo clínico. Conforme aponta Neusa Santos Souza (2021), o sujeito negro se constitui em confronto permanente com um olhar que o inferioriza, sendo obrigado a elaborar sua identidade sob o peso de significações que desautorizam sua existência. Quando a clínica psicanalítica se mantém em silêncio diante dessa experiência, esse silêncio deixa de ser técnico para tornar-se uma forma de violência simbólica. A ausência de reconhecimento da dimensão racial do sofrimento compromete a possibilidade de simbolização e intensifica a angústia do analisando, que frequentemente chega ao *setting* atravessado pela experiência cotidiana do racismo sem encontrar ali um lugar de escuta.

A noção clássica de neutralidade do analista, um dos pilares da tradição psicanalítica, revela-se particularmente problemática nesse contexto. Como problematiza Isildinha Baptista Nogueira (2017), o silêncio do analista, quando confrontado com relatos de violência racial, pode operar como conivência com a estrutura racista que atravessa a experiência do sujeito. Assim, torna-se legítimo questionar até que ponto a neutralidade, entendida como abstinência absoluta, é capaz de sustentar uma escuta ética quando o próprio silêncio já é produtor de sofrimento.

É nesse cenário que emerge a necessidade de pensar uma clínica racializada e antirracista, capaz de reconhecer o atravessamento da história e da cultura na constituição do sujeito. Maria Lúcia da Silva (2008) sustenta que o analista precisa considerar esses atravessamentos para que o *setting* não se converta em espaço de aniquilação ou invalidação da experiência do analisando. A escuta, nesse sentido, não se reduz à aplicação de conceitos universais, mas exige implicação diante das condições concretas que estruturam a subjetividade.

Não é raro, nesse contexto, que pacientes negros expressem o desejo de serem atendidos por analistas que também sejam negros, como forma de garantir que suas angústias relativas à autoimagem, às relações afetivas, à insegurança, à autossabotagem ou à precariedade material sejam compreendidas tendo a raça como eixo central da experiência. Essas falas denunciam o despreparo de uma psicanálise tradicional que, em vez de se interrogar, tende a operar por uma lógica segregativa, emparelhando pacientes e analistas a partir de marcadores identitários, deslocando para fora de si uma responsabilidade que lhe é própria.

Tal dinâmica contribui para a manutenção de uma psicanálise voltada ao sujeito tomado como universal, homem, branco e heterossexual, e relega os demais à condição de exceção. Como observa Grada Kilomba (2019), esse movimento reproduz a lógica colonial que institui o sujeito branco como norma e empurra outras experiências subjetivas para a margem. Embora a identificação seja um elemento estrutural da transferência, no caso da questão racial há mais em jogo do que a dinâmica transferencial, pois trata-se da denúncia de um silenciamento histórico promovido pela própria tradição psicanalítica.

Quando o analista não reconhece as marcas do racismo, corre o risco de reproduzi-lo, seja por interpretações que desconsideram a dimensão racial do sofrimento, seja por pequenas agressões que reforçam a desautorização simbólica do sujeito. Nesse sentido, a neutralidade deixa de operar como princípio técnico e passa a funcionar como mecanismo de manutenção da violência estrutural. O silêncio, longe de ser neutro, torna-se cúmplice.

A formação psicanalítica brasileira, ao longo de sua história, desconsiderou sistematicamente a raça como elemento constitutivo do sujeito, o que impacta diretamente a forma como o sofrimento negro é escutado no divã (Bicudo, 2010). Nesse sentido, um dos riscos críticos na prática psicanalítica é a patologização do sofrimento racial, que ocorre quando experiências de discriminação e racismo são vistas como meros sintomas individuais, sem considerar suas raízes sociais e históricas. Para evitar essa armadilha, é crucial desenvolver uma escuta implicada, que não se confunda com militância, mas que reconheça o racismo como um elemento estruturante da experiência psíquica. Essa abordagem permite que o psicanalista compreenda as nuances do sofrimento racial e, ao mesmo tempo, mantenha uma postura ética e reflexiva. Ao traduzir essa crítica teórica em implicações clínicas concretas, a prática psicanalítica torna-se mais sensível e eficaz, contribuindo não apenas para o debate epistemológico, mas também para a transformação da prática contemporânea.

Ao se buscar bibliografia sobre o tema, encontram-se contribuições fundamentais de autores como Frantz Fanon, Neusa Santos Souza, Grada Kilomba, Isildinha Baptista Nogueira, Virgínia Leone Bicudo e Maria Lúcia da Silva, todos autores negros. Essas produções dão corpo e voz a experiências historicamente silenciadas, mas também evidenciam uma questão incômoda: diante de um tema estrutural para a compreensão do sofrimento psíquico, onde estão os psicanalistas brancos escrevendo sobre o racismo? O silêncio que atravessa o campo psicanalítico revela que, em grande medida, a elaboração teórica sobre o racismo tem recaído sobre os próprios sujeitos racializados. Caso contrário, esse debate permaneceria ainda mais ausente da psicanálise.

Impõe-se, portanto, a necessidade de uma psicanálise situada, implicada em seu tempo e em seu contexto. Não se trata de abandonar os conceitos fundamentais da teoria, mas de reconhecer que o inconsciente é também atravessado pela racialização. A clínica, nesse horizonte, deve ser espaço de denúncia e elaboração: denúncia do racismo estrutural que produz sofrimento e elaboração que possibilite a reconstrução da identidade para além do olhar que historicamente a inferioriza.

#### INTERLOCUTORES CONTEMPORÂNEOS E O DEBATE ATUAL

O debate entre raça e psicanálise no Brasil possui raízes consistentes, sendo Virgínia Leone Bicudo e Isildinha Baptista Nogueira referências centrais nesse percurso. Bicudo, já na década de 1940, em *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* (2010), investigou as consequências psicossociais do preconceito racial, antecipando discussões que só mais tarde ganhariam centralidade no campo psicanalítico. Sua pesquisa evidencia que o sofrimento psíquico do sujeito negro não pode ser compreendido à margem das relações raciais que estruturam a sociedade brasileira.

Isildinha Baptista Nogueira, por sua vez, em *A cor do inconsciente: significações do corpo negro* (2017), aprofunda a reflexão sobre os processos de constituição da identidade negra, demonstrando como a subjetividade é atravessada pela desvalorização histórica do corpo negro. Enquanto Fanon (2008) e Neusa Santos Souza (2008) analisam os efeitos da despersonalização imposta pelo racismo e o movimento de tornar-se negro, Bicudo e Nogueira localizam essas tensões no contexto brasileiro, marcado pelo mito da democracia racial, que frequentemente silencia o sofrimento e dificulta o reconhecimento da experiência racializada.

Lélia Gonzalez amplia esse debate ao articular raça, gênero e classe como dimensões indissociáveis da experiência subjetiva da mulher negra. Seus conceitos de amefricanidade e neurose cultural oferecem uma crítica contundente tanto à psicanálise eurocêntrica quanto ao feminismo hegemônico, ao evidenciarem a produção de um sofrimento psíquico específico, forjado pela sobreposição de opressões (Gonzalez, 2020). Sua contribuição desloca a noção

de tornar-se negro ao mostrar que, para as mulheres negras, essa construção identitária ocorre sob marcas corporais e simbólicas particulares, atravessadas por violências historicamente dirigidas ao corpo feminino negro.

A obra de Grada Kilomba, especialmente *Memórias da plantação* (2019), aprofunda a discussão ao abordar o trauma colonial e seus efeitos psíquicos a partir de uma perspectiva psicanalítica e pós-colonial. Dialogando diretamente com Fanon, Kilomba retoma a experiência do olhar branco e expande o conceito de epidermização da inferioridade, evidenciando como o racismo é internalizado e atualizado no cotidiano, produzindo mecanismos de defesa, silenciamento e sofrimento. Sua ênfase na nomeação da dor e na restituição da narrativa do sujeito racializado encontra ressonância na proposta clínica de Neusa Santos Souza, que reivindica uma escuta que não patologize a experiência racial.

Achille Mbembe contribui para esse campo ao introduzir o conceito de necropolítica, que permite compreender como as estruturas de poder contemporâneas administram a vida e a morte de populações inteiras, tornando determinados corpos descartáveis (Mbembe, 2018). No contexto do racismo, o necropoder organiza as condições históricas e sociais que produzem sofrimento psíquico, articulando clínica e política ao revelar que esse sofrimento não se reduz a conflitos intrapsíquicos, mas decorre de uma lógica estrutural de desumanização.

Joel Rufino dos Santos, em *O que é racismo* (2005), reforça essa perspectiva ao evidenciar como a memória histórica e cultural é central para a constituição da identidade e da resistência do sujeito negro no Brasil. Suas contribuições permitem à clínica reconhecer que o sofrimento racializado não é isolado nem individual, mas atravessado por séculos de escravidão e discriminação, exigindo uma escuta informada e eticamente implicada.

A interlocução com Bicudo, Nogueira, Gonzalez, Kilomba, Mbembe e Rufino dos Santos não apenas reafirma a atualidade da crítica inaugurada por Fanon e Neusa Santos Souza, como a desloca para um horizonte construtivo. Ao incorporar as dimensões da história brasileira, da interseccionalidade, do trauma colonial, da necropolítica e da memória cultural, esses autores fornecem os instrumentos conceituais para a reinvenção de uma prática psicanalítica que não se furta ao mundo, preparando o terreno para uma clínica radicalmente implicada no enfrentamento do racismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou problematizar os limites da psicanálise clássica diante do sofrimento psíquico produzido pelo racismo estrutural, tomando como ponto de partida a constatação de que a suposta universalidade de seus conceitos fundamentais não dá conta, por si só, das experiências de subjetivação atravessadas pela racialização. Sem desqualificar a potência do arcabouço freudiano, procurou-se evidenciar que a teoria, ao se constituir a partir de um sujeito histórico específico, carrega zonas de silêncio que produzem efeitos clínicos e epistemológicos relevantes.

Ao revisitar conceitos centrais da metapsicologia, como eu, narcisismo, ideal do eu e recalque, o trabalho demonstrou que a economia libidinal e os processos de constituição subjetiva não se organizam de forma neutra ou descontextualizada. Quando a clínica se apoia em modelos universais que desconsideram as condições históricas e simbólicas nas quais o sujeito se constitui, corre-se o risco de transformar a neutralidade em mecanismo de apagamento do sofrimento, comprometendo a função ética da escuta psicanalítica.

Nesse sentido, as contribuições de autores que tensionam a tradição psicanalítica a partir da experiência racial revelam-se fundamentais não como adendo teórico, mas como operadores críticos capazes de recolocar em questão os próprios fundamentos da clínica. O diálogo com essas produções permitiu sustentar que o racismo não atua apenas como fator

externo ao aparelho psíquico, mas incide diretamente na constituição do eu, na formação dos ideais e nos processos defensivos, exigindo uma escuta que reconheça tais atravessamentos.

Defendeu-se, assim, a necessidade de uma psicanálise situada e implicada, que não abdique de seus conceitos fundamentais, mas que se disponha a interrogá-los à luz das formas contemporâneas de sofrimento. Reconhecer que o inconsciente é atravessado pela racialização não implica reduzir a clínica à denúncia social, mas ampliar sua capacidade de elaboração, evitando que o silêncio analítico reproduza violências já vividas pelo sujeito.

Por fim, este trabalho não pretende encerrar o debate, mas contribuir para a abertura de um campo de investigação ainda marcado por lacunas e resistências. Interrogar os limites da psicanálise diante do racismo é, antes de tudo, um gesto de fidelidade à própria ética da psicanálise, que exige escuta, implicação e disposição constante para revisar seus pressupostos diante do real do sofrimento humano.

### REFERÊNCIAS

- BICUDO, Virgínia Leone. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2010. (Obra original publicada em 1945).
- BION, Wilfred R. *Aprender com a experiência*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Blucher, 2021.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. de Noemi Kon. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. de Enzo Traverso. São Paulo: Ubu, 2020. (Obra original publicada em 1961).
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. de Renato da Silveira. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. (Obra original publicada em 1952).
- FERENCZI, Sándor. Elasticidade da técnica psicanalítica. In: FERENCZI, Sándor. *Obras completas*, v. 4. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FREUD, Sigmund. A repressão. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*, v. 12. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. p. 82-99. (Obra original publicada em 1915).
- FREUD, Sigmund. O eu e o id. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*, v. 16. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 25-44. (Obra original publicada em 1923).
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*, v. 18. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010c. p. 19-35. (Obra original publicada em 1930).
- FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*, v. 12. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. p. 13-28. (Obra original publicada em 1914).
- FREUD, Sigmund. Totem e tabu: algumas correspondências entre a vida anímica dos selvagens e a dos neuróticos. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*, v. 11. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 42-120. (Obra original publicada em 1913).
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GREEN, André. *O trabalho do negativo*. Trad. de Elisa Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. (Obra original publicada em 1966).

LAPLANCHE, Jean. *Vida e morte em psicanálise*. Trad. de Cleonice Paes Barreto Mourão. São Paulo: Martins Fontes, 1985. (Obra original publicada em 1970).

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. (Obra original publicada em 2003).

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Perspectiva, 2017. (Obra original publicada em 1998).

ROUDINESCO, Élisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Trad. de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é racismo*. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção Primeiros Passos).

SILVA, Maria Lúcia da. *Racismo e sofrimento psíquico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. (Obra original publicada em 1983).

Artigo recebido: 8 de janeiro de 2026

Artigo aprovado: 24 de março de 2026